

## **TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAPANEMA Ltda (COAGRO): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL**

**José Marcos Senhorini - Mestrando no programa de Pós-Graduação em Geografia da  
UNESP – Presidente Prudente.**  
senhorinijosemarcos@hotmail.com

**Marcos Aurélio Saquet - Professor do Colegiado de Geografia da UNIOESTE. Campus  
de Francisco Beltrão/PR.**  
saquetmarcos@hotmail.com.

A formação de cooperativas no espaço agrário brasileiro não é um processo recente. Tem suas origens no século XIX e buscava minimizar os impactos gerados pelo avanço do capitalismo. Mas é com o *novo* cenário político e econômico do Brasil, a partir dos anos de 1950, que surge um “novo cooperativismo”, provocando mudanças significativas na vida cotidiana, na prática agrícola e na produção do espaço geográfico. Neste processo, as cooperativas são mediadoras e contribuem na territorialização de *novos* agentes sociais.

Buscando entender aspectos deste processo, faremos algumas considerações a partir do conceito de território, trabalhando, na seqüência a dinâmica de atuação territorial da COAGRO (localizada no sudoeste do Paraná), como uma das formas de articulação entre o local e o global, comandada pela reprodução e expansão do Modo de Produção Capitalista.

Com este trabalho identificamos e caracterizamos a atuação desta cooperativa no fomento da produção agrícola e os principais impactos territoriais, mostrando o processo de subordinação e exploração de agricultores familiares. Para desenvolver nossa análise, realizamos pesquisas bibliográficas, entrevistas e análise de dados levantados junto a prefeituras, COAGRO, Incra e IBGE. Segundo o BRDE (2003), o período apresentado, do surgimento das primeiras manifestações cooperativistas no campo, até a década de 1950, pode ser considerado como o “período romântico do cooperativismo”, no qual, a produção das cooperativas era pouco especializada. Estas procuravam comercializar todos os possíveis produtos agrícolas de seus associados, o objetivo maior, era eliminar o intermediário da comercialização dos produtos agrícolas de seus cooperados.

A partir dos anos 1950, mais especificamente depois de 1970, a expansão do capitalismo no campo brasileiro, através da denominada modernização da agricultura, tornou-se muito mais intensa. Uma das formas de mediação deste processo foi através de cooperativas que, através de incentivos estatais, criaram grandes infra-estruturas para receber a produção, re-vender sementes selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos, realizar financiamentos subsidiados, etc.

Atendendo ao *novo* cenário político e econômico, surge um novo cooperativismo, chamado por estudiosos do assunto de “Cooperativismo Empresarial”. No Paraná, o cultivo da soja, como um promissor produto de exportação, acrescido da falta de infra-estrutura de armazenamento da produção e até dificuldades de escoamento da safra, são processos que contribuem para a criação de cooperativas, principalmente, nas áreas de ocupação mais recente, nas regiões Oeste e Sudoeste do estado.

Esse novo cooperativismo foi implantado “de cima para baixo”, baseado em um conceito de associativismo considerado *ideal* pelo Estado, desconsiderando características e necessidades locais

e até mesmo a dimensão cultural e formação política de seus cooperados, buscando organizar-se como uma verdadeira empresa moderna.

No bojo deste movimento, acontece a criação de várias cooperativas no Sudoeste do Paraná, entre elas a COAGRO que, a partir de sua fundação, encontrou na pequena propriedade de trabalho familiar, espaço *fértil* para articular territorialmente produtores aos interesses do capital, garantindo sua re-produção através do poder e força em diferentes escalas espaciais. Ela edifica seu território, pois como afirma Raffestin (1993), não há território sem relações de poder.

Saquet (2002) também ratifica esta questão. Para este autor, o território é a expressão concreta e abstrata do espaço produzido, a partir da multidimensionalidade de uma rede de relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Com o apoio e incentivo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA (extinta com a criação da EMATER), segundo o relatório das Atividades da COAGRO (1971), em dezembro de 1970, é constituída a COAGRO, por 67 associados fundadores, tendo como sede a cidade de Capanema-PR, seu funcionamento, só ocorre a partir de março de 1971, terminando o primeiro ano de exercício com 354 associados.

O início de suas atividades aconteceu junto ao escritório da ACARPA, a produção da primeira safra é colocada em local alugado. Com a rápida aceitação da cooperativa e o bom resultado das primeiras safras, em 1972, a COAGRO consegue financiamento para construção da sede própria e os primeiros armazéns. As linhas de crédito altamente subsidiadas pelo Estado, destinadas às cooperativas favoreceram a criação de grandes infra-estruturas, além disso, o apoio da ACARPA, através do trabalho de educação cooperativista com agricultores e treinamentos doutrinários com comissões organizadoras da cooperativa, antes e depois de sua constituição, intensificam a relação de agricultores locais, aos interesses internacionais, os quais eram apresentados como ideais pelo Estado.

A fundação da COAGRO ocorre em um projeto específico de cooperativismo criado pelo Estado do Paraná. Como afirma Moro (1991), a atual estrutura espacial das cooperativas do Paraná foi definida em estudos de 1970, visando à organização e implantação de um plano integrado que possibilitasse a união dos esforços dentro de uma sistemática de atuação, tendo por meta proporcionar o melhor atendimento possível às necessidades do cooperativismo. O plano foi iniciado com o planejamento do cooperativismo nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, com a denominação de Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC. Posteriormente, o Projeto Norte – NORCOOP, e Sul de Cooperativismo – SULCOOP. Com a implantação dos três projetos de cooperativismo, cobrindo todo o estado, cada cooperativa passou a ter uma área de ação definida, visando eliminar a concorrência e melhorar o relacionamento entre elas.

No primeiro ano de trabalho, segundo relatório das atividades da COAGRO (1971), a ACARPA foi responsável pela execução dos créditos de repasse aos cooperados, atendendo 151 associados, com um valor de Cr\$ 137.452,50 destinados à lavoura de soja e milho, com verbas do Banco do Brasil S/A. No mesmo ano, a cooperativa firmou convênio com o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, para o empréstimo de dois tratores de esteira, com os quais foram

beneficiados 44 associados, com 920 horas trabalhadas. O apoio de órgãos governamentais foi vital para o fortalecimento e a expansão das cooperativas.

Tentando entender estas relações políticas que muitas vezes condicionam ou determinam *novas* configurações ao território, lembramos a modernização da agricultura, na qual o pacote tecnológico da “*revolução verde*”, pensado e planejado por interesses internacionais (Estados Unidos), foi legitimado por forças internas, o Estado, que, através de seu poder de gestão, cria e aprova leis, condicionando as pessoas do campo e até da cidade a uma *nova* realidade, provocando mudanças econômicas, políticas, culturais e naturais, produzindo novas territorialidades, que vão se materializando no espaço, revelando as contradições daquilo que denominaram “*modernização*” para tirar o campo brasileiro do “*atraso*”. como se a modernização da agricultura fosse a única via possível para o desenvolvimento, sem antes ter noção dos impactos territoriais que esta produziria.

Esta expansão das forças do capital na agricultura brasileira, sem dúvida, garantiu o aumento da produção e do consumo de mercadorias, produzindo *novas* territorialidades. Porém, também produziu impactos territoriais, como a mudança na estrutura fundiária, no uso do solo, nas técnicas de produção, nas relações de trabalho e mercantis etc. Na integração entre os produtores e o grande capital, parte destes, embora de maneira subordinada, são integrados à ciranda mercantil e permanecem ativos, outros, são expropriados para novas fronteiras agrícolas ou para a periferia das cidades. Para Santos (1994), “*dialeticamente, a expansão do território ao mesmo tempo em que promove a ampliação da territorialidade, provoca a desterritorialização de grupos excluídos pelas forças do capital*”. (p.19)

A abrangência territorial de cada cooperativa é resultado, principalmente, da diversificação dos negócios, que além de atrair novos associados favorece a acumulação de capital. A atuação da COAGRO é resultado da sua política de expansão geográfica, a qual vai materializando seus interesses através da incorporação de *novos* associados e territórios.

A seguir o gráfico nº 1 apresenta a evolução do número de associados da COAGRO, paralelamente também abrange novos territórios, imprimindo novas articulações de poder, comandadas por forças locais, nacionais e internacionais. Entendendo o território como relações sociais e exercício de poder, Raffestin (1993), afirma: “*o território é a prisão que os homens constroem para si*”. (p.144). Para Saquet (2004), “*os territórios são construídos espaço-temporalmente pelo exercício do poder. Desta forma podem ser temporários ou permanentes e se efetivarem em diferentes escalas*”. (p.123)

Analisando o gráfico, percebemos que até o ano de 1990, o número de associados da COAGRO sempre foi ascendente, resultado principalmente do aumento da área de abrangência, dos cursos e atividades de educação cooperativista realizados (as) com funcionários, sócios, novos sócios e comunidade e da importância que a cooperativa representava aos agricultores, que tinham como opção de desenvolvimento da agricultura a mecanização, com a utilização de máquinas, insumos químicos e financiamentos. Além disso, a cooperativa ainda contava e conta até os dias atuais, com programas semanais e aos sábados nas rádios de alguns dos municípios de seu território de ação, que, além de garantir a comunicação entre a cooperativa e seus cooperados, é uma forma de atrair novos associados aos interesses da cooperativa e conseqüentemente das empresas fornecedoras da mesma.

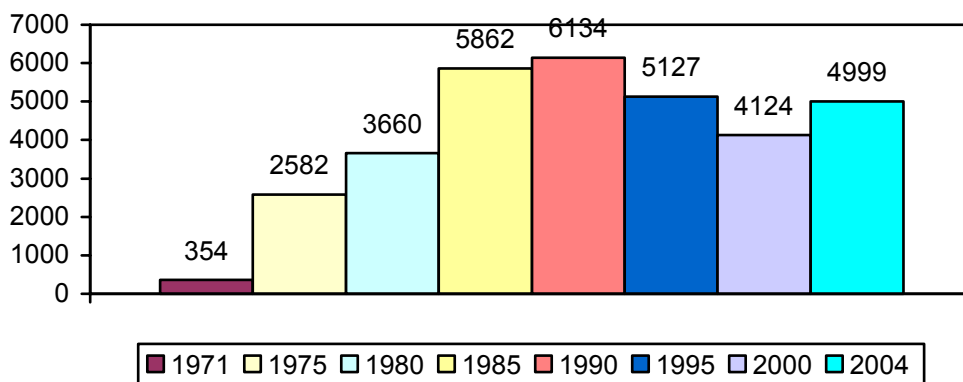
Além disso, devemos considerar que o Estado, para realizar seus objetivos de modernização da agricultura, reservou às cooperativas agropecuárias o papel de principal executor das políticas públicas voltadas ao setor rural. Conforme nos afirma Moro (1991), estas organizações passaram a ocupar posição privilegiada, como agentes do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CITRIN) do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), na execução da política de preços mínimos. Assim, para que os agricultores fossem beneficiados por tais políticas, precisavam ser associados a uma cooperativa. Segundo Brum (1988), a fim de tornar o crédito mais acessível aos produtores, foram instalados nas cooperativas postos do Banco do Brasil, para repasse dos financiamentos aos associados.

A COAGRO atuou como compradora oficial de trigo, na execução dos preços mínimos, assim como no repasse de financiamentos do Banco do Brasil, até o momento em que este instalou agências nos municípios de sua área de ação. Estes fatores garantiam o prestígio da cooperativa junto a seus associados, atraindo novos sócios, intensificando a mercantilização da agricultura.

Para Sorj (1986), entre o conjunto de medidas adotadas pelo Estado para inserir a agricultura brasileira a indústria e ao comércio internacional, o crédito rural apresenta um lugar privilegiado, assim o Estado atua como mediador do processo de modernização da agricultura. Nossa agricultura é subordinada aos interesses da indústria e do grande capital, sem considerar as condições de ruína que milhões de mini e pequenos agricultores foram submetidos.

Entre o ano de 1971, início de suas atividades e 1975, o número de associados aumenta em 729,37%, em 1975 a COAGRO, estava presente em 5 municípios (Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste). Nestes municípios segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1975, existia um total de 11.717 propriedades, se considerarmos que cada sócio da COAGRO possuía apenas uma propriedade, os 2.582 associados representavam 22,04% do total. É interessante lembrar que a *Lei do Cooperativismo* de 1971, da liberdade às cooperativas a realizarem compra e venda com não-sócios, desta forma as cooperativas passam a concorrer com as demais empresas ligadas ao setor.

Gráfico número 1 - Evolução do quadro social da COAGRO entre 1971 e 2004.



Fonte: relatório das atividades da COAGRO dos anos de: 1971, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004.

Até o ano de 1990, onde a COAGRO apresenta, entre os anos estudados o maior número de associados (6.134), a mesma permaneceu com sua área de atuação restrita aos municípios já mencionados, constando apenas 131 associados de outros municípios. No ano de 1985, conforme o Censo Agropecuário de 1985, os municípios que formam a base do território de atuação da COAGRO possuíam, juntos, 11.632 propriedades, número que pouco variou em 10 anos. Já o número de associados era de 5.750, constando mais 112 de outros municípios, representando 49,43% dos proprietários, demonstrando a relevância da cooperativa para seus cooperados.

Buscando maior abrangência territorial, a COAGRO, a partir dos anos de 1980, tem diversificado seus negócios. Além do ramo de cereais, comercialização de insumos e oferecimento de assistência técnica, também inicia no ramo da comercialização de suínos, fornecendo matrizes e reprodutores aos associados integrados, a partir de 1983, passa a atuar na área de consumo em geral, instalando supermercados, passando a fornecer quase tudo aquilo que a família rural necessita para o seu consumo. Na segunda metade da década de 1980, a cooperativa também passa a atuar na área de recebimento de leite e comercialização de laranja, buscando comercializar os produtos que os cooperados disponibilizavam, fortalecendo sua expansão.

Além de oferecer assistência técnica na área agrícola, também passa a oferecer na área da pecuária, com acompanhamento dos associados integrados na produção de suínos e aos produtores de leite, especialmente com inseminação artificial, pois o melhoramento genético garante o aumento da produção e dos lucros. Ao oferecer assistência técnica aos associados, com uma equipe técnica de bom nível, possibilita o aumento na produtividade e lucratividade, para os cooperados e, conseqüentemente, para sua auto-capitalização.

Com isto, atrai-se *novos* associados e a cooperativa acumula mais capital, condição para garantir a incorporação de *novos* territórios. No território de atuação da COAGRO, estão cristalizados os interesses não apenas dos produtores diretos ou da cooperativa, mas principalmente das grandes empresas que dominam o circuito da produção agrícola.

Nos anos 90, o setor cooperativista passou por uma grave crise<sup>1</sup>, provocada pela abertura comercial e por planos de estabilização da economia. Com a queda dos créditos, as cooperativas, muitas vezes, recorriam a créditos de linhas bancárias, os juros altos e até a inadimplência de muitos cooperados, obriga as cooperativas a rolar suas dívidas a taxas de juros cada vez mais altas.

Para tentar superar a crise, muitas cooperativas agropecuárias que já tinham iniciado no ramo agroindustrial na década anterior, ampliam ainda mais os investimentos no setor, buscando agregar maior valor à produção. Na década de 1990, a COAGRO, inicia-se, na área da agroindústria, contando com três unidades, uma fábrica de Lácteos em Capanema, uma fábrica de ração em Santo Antonio do Sudoeste e um frigorífico para aves e suínos em Francisco Beltrão, buscando uma diversificação cada vez maior em suas atividades, procurando agregar valor aos seus produtos.

Como podemos observar no gráfico N° 1 entre 1990 e 2000, apesar de ocorrer um aumento em seu território de ação, ocorre uma redução no número de associados. Em 1990, estava presente em 5 municípios com 6.134 sócios, em 2000, estava presente em 7 municípios com 4.124 sócios, uma

---

<sup>1</sup> Crise iniciada em 1985, quando mudanças na política agrícola anunciam que os contratos de crédito rural terão correção monetária integral.

redução de 32,77%, resultante reestruturação que a cooperativa sofreu. Devemos considerar que em 1999, a mesma estava presente em 11 municípios, mas as tentativas de superar a crise que as cooperativas agropecuárias estavam passando, potencializou ainda mais o endividamento da mesma, que realizou a venda de algumas unidades, alugando o setor de laticínios e saindo do ramo agroindustrial.

A tabela a seguir apresenta o total de sacas de 60 kg dos produtos agrícolas (soja, milho, trigo e feijão), recebidos pela COAGRO, do primeiro ano de atividades (1971), até o ano de 2004. . No que se refere à compra dos produtos agrícolas, as cooperativas não obrigam os associados a vendê-los às mesmas. Quanto aos preços, não existem muitas diferenças com outros estabelecimentos, dado que os preços de alguns produtos são regulados por bolsas internacionais, mas possuem reflexos regionais.

Tabela número 1 – Produção de grãos recebida pela COAGRO entre os anos de 1971 e 2004, em sacas de 60 kg.

	total	soja	milho	trigo	feijão
1971	9.049	2.856	-	6.198	-
1975	344.451	251.150	1.287	65.766	26.248
1980	704.125	369.198	11.144	244.221	49.561
1985	1.296.639	529.278	156.438	379.230	231.693
1990	1.061.774	570.558	146.107	303.403	41.706
1995	1.846.035	822.419	644.947	280.494	98.175
2000	845.725	515.274	225.275	90.445	14.731
2004	1.061.014	718.644	115.358	227.012	-

Fonte: relatório das atividades da COAGRO dos anos de: 1971, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004.

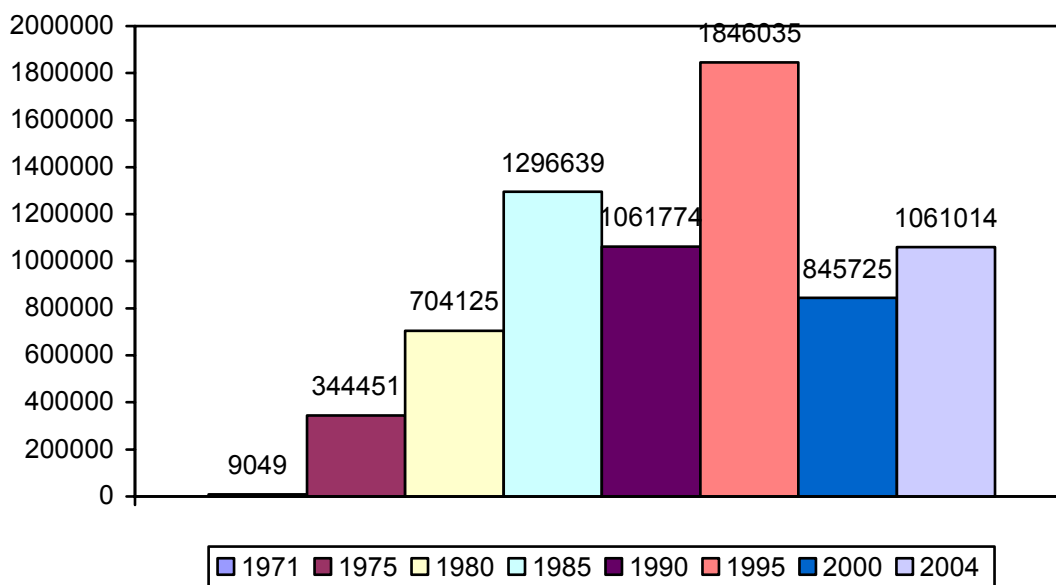
Através da tabela nº 1, percebemos que a opção pelo cultivo da soja entre os sócios da COAGRO, foi predominante em todos os anos analisados. Tal preferência se dá pelo fato de ser um produto de exportação, beneficiado pelas políticas estatais voltadas ao setor agrícola, segundo Hespanhol (1990), a partir do final da década de 1960 e, sobretudo, no início da década de 1970, o preço da soja apresentou significativas elevações em seu preço no mercado internacional. Como nos afirma Brum (1998), contando com crédito fácil e a juros favorecidos, expandiram-se às lavouras de trigo e soja e cresceram as cooperativas.

Quanto aos demais produtos, o volume recebido pela cooperativa variou durante o período analisado, resultado das variações de preços, que levavam os agricultores a investir mais em outra cultura no ano seguinte. Além disso, até 1985, os cultivos que recebiam garantia de preço mínimo davam mais segurança aos produtores na hora do plantio. O caso do feijão que em 1985, obteve a melhor produção entre os anos estudados, 231.693 sacas, foi resultado da garantia de preço mínimo oferecido pelo governo federal. O trigo que também possuía incentivos especiais apresentou uma produção crescente até o ano de 1985, com a retirada dos subsídios à cultura passa a ter variações e quedas.

O cultivo do milho apresentou variações durante o período estudado, pois sendo largamente utilizado na subsistência da família ou como alimento dos animais (criação de suínos e gado leiteiro) é vendido

apenas o excedente. Além disso, disputando área com o cultivo da soja, quando esta apresenta maior cotação de preços, ocorre redução na sua produção.

Gráfico número 2 -Produção de grãos recebida pela COAGRO entre os anos de 1971 a 2004 em sacas de 60 kg.



Fonte: relatório das atividades da COAGRO dos anos de: 1971, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004.

Quanto ao total da produção de grãos recebida pela COAGRO, entre 1971 a 2004, percebemos através do gráfico número 2, um aumento significativo até o ano de 1985, os subsídios do Estado, são os principais vetores deste crescimento. Ao realizarem financiamentos para o custeio da produção ou para investimentos, os agricultores compravam insumos químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas, máquinas e implementos, garantindo o aumento da produção e a expansão das indústrias ligadas ao ramo agropecuário.

Em 1990, apresentou uma redução de 18,12% no total de grãos recebidos conforme tabela nº 1, a produção de soja não apresentou redução, os demais produtos apresentaram queda na produção, sendo mais acentuada a do feijão. Em 1995, a COAGRO recebeu 1.846.035 sacas de grãos, maior produção dos anos estudados, conseqüentemente necessitava de infra-estrutura de apoio, neste ano possuía 21 automóveis, muitos destes, utilizados para oferecer assistência técnica, para os diferentes ramos que atuava, como já mencionamos, também contava com 49 caminhões de diferentes tamanhos para coletar e escoar a produção e uma capacidade armazenadora de 2.306.800 sacas de 60 kg. Em 2000, a produção recebida sofreu redução de 54,19%, resultado da crise e reestruturação que a cooperativa sofreu no período.

A falta de apoio do Estado tornou as cooperativas mais vulneráveis, passaram a concorrer com as demais empresas ligadas ao setor, perdendo o prestígio que tinham adquirido especialmente na década de 1970. Além disso, segundo Fleury (1983), de um lado a cooperativa afasta os chamados comerciantes intermediários que podem intensificar a expropriação dos agricultores, mas de outro, ela não só vende os produtos dos cooperados ao mesmo preço vigente do mercado, como também

extrai pesadas taxas dos cooperados, que correspondem ao sucesso da cooperativa como empresa capitalista e o empobrecimento dos produtores.

A nível regional, em 2004, o território da COAGRO é formado por 7 municípios, com unidades de recebimento da produção, comercialização de insumos agrícolas e gêneros alimentícios e 2 municípios, apenas com recolhimento da produção de leite. Ou seja, através de suas ações, forma uma malha, articulada com outras malhas em rede, onde o nó principal é a sede da cooperativa, de onde partem decisões e articulações com os demais nós que são as unidades. Faz articulações com o global, como é o caso das negociações na comercialização da produção agrícola (soja) no mercado mundial e negociações de compra de insumos e máquinas com corporações transnacionais.

Um dos elementos que legitimam a formação dos territórios é o poder econômico, seja ele material ou imaterial. Desta forma, Raffestin (1993), nos afirma que temos a construção de malhas, nós e redes, que dão vida ao território e mobilidade aos homens que relacionam-se entre si, produzindo novas territorialidades.

Pensando na abordagem do desenvolvimento econômico, este, é desigual e é, a um só tempo, social e espacial. É territorial. Dito de outra forma é o processo de territorialização das forças e das relações de produção interconectadas e dos aspectos políticos e culturais, no tempo e no espaço, produzindo (e sendo construído por) tempos e territórios; é um dos produtos da produção capitalista do espaço e do território que é centrada na reprodução ampliada do capital. (SAQUET, 2004, p.141).

No Sudoeste paranaense, a disputa pelo território econômico sempre esteve evidente, cada tempo imprimiu ritmos diferentes para esta disputa, variando de acordo com as técnicas de cada época, que dinamizavam as relações sociais. No espaço agrícola, especificamente, desde os princípios do processo de colonização, tínhamos os comerciantes (bodegas, casas comerciais, secos e molhados, etc), que procuravam manter e expandir seus territórios de ação, criando condições de compra e venda que ao mesmo tempo atraíam e condicionavam a subordinação dos agricultores, que se tornavam dependentes deste processo.

Mais tarde, com um ritmo mais acelerado de subordinação e exploração, entre outros, substantivam-se as *Cooperativas Agrícolas*, que, com a intervenção estatal, especificamente na década de 1970 e início dos anos de 1980, dominam e estruturam seus territórios, baseando-se nos interesses internacionais (mecanização, expansão da soja, formação do CAI e exportação de produtos primários e semi-processados). Com o abandono do Estado, enquanto financiador deste processo, muitas cooperativas, passam a criar novas estratégias para continuar a expansão e o domínio de novos territórios, desta vez uma disputa maior com outras empresas nacionais e internacionais, que procuram exercer poder e domínio sobre suas áreas de atuação.

Neste caso ocorre uma sobreposição de territórios de diferentes empresas, em momentos articulados em rede, em outros, disputando poder, produzindo novas territorialidades, mesmo assim nem todas as pessoas estarão articuladas a estes territórios, pois estamos diante do espaço banal, ou seja, são os excluídos, que muitas vezes ainda estão atrelados às territorialidades do passado, da época da colonização, como já mencionamos.

Para Saquet (2004), as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, *no (e com o)* espaço geográfico, centrado e emanado na e



da territorialidade cotidiana dos indivíduos em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições da sociedade e na homogeneidade, pois os traços comuns e incomuns nos processos socioespaciais são concomitantes e coexistentes.

O que tivemos, especialmente na década de 1970 e metade dos anos 80, foi o incentivo do Estado à mecanização com linhas de créditos a juros negativos, outros programas, ainda continuam até os dias de hoje, onde os escassos recursos públicos existentes são destinados a este tipo de atividade, como se estivessem proporcionando desenvolvimento. No entanto, apenas uma minoria é beneficiada, aumentando ainda mais as desigualdades e a concentração fundiária, como resultado temos milhares de trabalhadores diaristas, que se transformam em favelados agravando os problemas sociais, necessitando de novos investimentos públicos. Será que cabe ao estado incentivar e subsidiar a mecanização, quando esta gera exclusão e desemprego, não podemos negá-la, mas que seja feita dentro dos padrões ambientais e com o dinheiro dos próprios empresários capitalistas.

Diante deste processo, os produtores agrícolas geralmente pertencem ao território de ação de uma cooperativa, de cerealistas particulares ou grandes multinacionais (Cargil, Bunge etc.). Embora possuam liberdade de escolha na hora da compra de mercadorias e venda da sua produção, a inserção no mercado é condição necessária para que este continue ativo enquanto produtor. Apesar de os lugares apresentarem particularidades, estão articulados aos interesses dos agentes do capital que, ao se reproduzir globalmente, produz *novas* territorialidades a nível local e regional, condicionando aspectos da vida diária das pessoas, seja na cidade ou no espaço rural.

### Referências Bibliográficas

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. *As cooperativas agropecuárias e o BRDE – Histórico, Situação Atual e Perspectivas*. Porto Alegre: BRDE, 2003.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura; trigo e soja*. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.

FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAPANEMA LTDA. Relatório das atividades dos anos de 1971, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004. Capanema: COAGRO.

HESPANHOL, Antônio N. *O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná*. Rio Claro: UNESP-Instituto de Geociências, 1990. Dissertação de Mestrado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 1975 – Paraná*. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 1985 – Paraná*. Rio de Janeiro: ed. IBGE, 1991.

MORO, Dalton. A. *Substituição de Culturas, modernização Agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná*. Rio Claro: UNESP-Instituto de Geociências, 1991. Tese de Doutorado.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (org.). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec, 1994. p. 15-20.

SAQUET, Marcos A. et al. *A formação Territorial no/do Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: GETERR, 2002.

SAQUET, Marcos A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S. e SAQUET, Marcos A. (org). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.